PLANO DE AÇÃO

e RELATÓRIO ANUAL 2023/24

Foto: ASPEA

GTEAS - GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Autores:

Francisco Teixeira | APA

Helena Gil | DGE

Cristina Girão Vieira | ICNF, I.P.

Isabel Vicente | DGEstE

Lurdes Soares | APA

Sílvia Castro | DGE

ÍNDICE

1- INTRODUÇÃO 4
2- ENQUADRAMENTO 5
Instrumentos estratégicos 5
3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL 10
Direção-Geral da Educação 10
Agência Portuguesa do Ambiente 12
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. 14
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares 15
4 - PLANO DE AÇÃO DO GTEAS 17
Eixos Estratégicos 17
Objetivos 17
5 - REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE 21
Processo de candidatura 21
Rede de docentes 2023-24 23
Docentes por ONGA 24
6 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 26
Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS 26
Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades 27
Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável 35
Estratégia Nacional de Educação Ambiental 35
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030) e Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) 37
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania 41
Divulgação e dinamização de ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 42
Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação 42
Integração no "Grupo Reporting" para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas 43
Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2023/24 44
7 - AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE 47
8 - CONCLUSÕES 48

1- INTRODUÇÃO

O GTEAS - Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS) tem por missão o acompanhamento das ações previstas no protocolo de cooperação estabelecido entre as tutelas da Educação e do Ambiente. Foi criado pelo Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, no seguimento do protocolo de cooperação estabelecido entre o então Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Educação.

O GTEAS é composto por dois representantes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Francisco Teixeira e Lurdes Soares, duas representantes da Direção-Geral da Educação (DGE), Helena Gil e Sílvia Castro, uma representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), Cristina Girão Vieira, e uma representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Isabel Vicente. A coordenação conjunta está a cargo de Francisco Teixeira e de Helena Gil.

Anualmente o Grupo de Trabalho deve submeter, às respetivas tutelas, o Plano de Ação e o Relatório Anual de Atividades, o que se materializa através do presente documento. Tal como nos anos transatos, o Plano de Ação é parte integrante do presente relatório que, inclui como anexo, os relatórios dos docentes em mobilidade.

2- ENQUADRAMENTO

Instrumentos estratégicos

Estabelecidos pela ONU, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) delineiam as prioridades globais para o desenvolvimento sustentável até 2030, mobilizando esforços internacionais em torno de metas comuns (in https://ods.pt/ods/). Composta por 17 ODS a Agenda 2030 deve ser implementada por todos os países e assumida como diretriz para a definição de estratégias e políticas nacionais.

No contexto dessa agenda, a educação ambiental (EA) deve ter por base uma dinâmica contínua e ser uma responsabilidade partilhada. Assim, os compromissos nacionais devem traduzir-se em ações permanentes que promovam um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo, elementos essenciais para enfrentar a emergência climática e a perda acelerada da biodiversidade.

Em Portugal, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) é promovida pelos Ministérios do Ambiente e da Educação, tendo como objetivo construir um compromisso colaborativo e estratégico para o fortalecimento da literacia ambiental. Pretende, ainda, impulsionar uma cidadania ativa e transformadora, fomentando modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana (ENEA, p. 14).

Alinhada com os três pilares centrais da política ambiental nacional — descarbonização da sociedade, transição para uma economia circular e valorização do território —, a ENEA representa também uma oportunidade para reconhecer e fortalecer o trabalho já desenvolvido por diversas entidades na área da EA. Além disso, procura integrar novos agentes e promover parcerias estratégicas. Com foco na prevenção, a ENEA estruturou um conjunto de medidas e ações organizadas em três eixos estratégicos: **Educação Ambiental + Transversal**; **Educação Ambiental + Aberta**; e **Educação Ambiental + Participada**.

A partir desses eixos, a estratégia permite abordar 12 temas fundamentais, nomeadamente Clima, Eficiência Energética, Mobilidade Sustentável, Desmaterialização, Economia Colaborativa e Consumo Sustentável, Conceção de Produtos e Uso Eficiente de Recursos, Valorização de Resíduos, Ordenamento do Território, Mar e Litoral, Água, Valores Naturais, Paisagem, Ar e Ruído.

Desde 2017, como documento estratégico, a ENEA beneficiou da publicação de 14 Avisos do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC) e do POSEUR, garantindo o cofinanciamento de uma ampla diversidade de projetos e iniciativas de EA em todo o país. Essas iniciativas abrangeram diferentes temáticas ambientais e

envolveram diversos agentes, incluindo empresas, escolas, universidades, autarquias e organizações da sociedade civil.

Dessa forma, a ENEA busca contribuir ativamente para a adoção de comportamentos mais sustentáveis e ambientalmente responsáveis, alinhados com a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030** (ENCNB 2030) assenta no reconhecimento de que o património natural português concorre, de forma decisiva, para a afirmação do país internacionalmente, contribuindo para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e valores naturais, nomeadamente através da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, encarando-os como ativos estratégicos essenciais para a coesão territorial, social e intergeracional.

A **Estratégia Nacional para as Florestas** (ENF) considera fulcrais as *ações de sensibilização, promovidas pelo Estado e pelos vários agentes intervenientes, dirigidas à população em geral e a públicos específicos em particular, que promovam alterações de comportamentais que levem à redução do risco e à redução do número de ignições existente, […] numa estratégia de redução de risco. Considerando ainda que assume particular relevo a necessidade de conceber e levar à prática um programa nacional de formação e sensibilização, dirigido aos diversos públicos-alvo, garantindo-se assim o aumento do conhecimento da sociedade portuguesa sobre a realidade florestal do País*.

A nível do currículo, as temáticas ambientais, nomeadamente as que se relacionam com a conservação e a biodiversidade, são abordadas nas **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar** (OCEPE), na Área do Conhecimento do Mundo, integrando, igualmente, os **documentos curriculares** (**Aprendizagens Essenciais**) das áreas/disciplinas relacionadas com a Geografia e as ciências experimentais, dos ensinos básico e secundário. Em cada disciplina/área disciplinar, estas temáticas são trabalhadas em articulação com as aprendizagens preconizadas para a mesma, sempre que com elas se relacionem, numa perspetiva de interdisciplinaridade. No caso da disciplina ou componente curricular de *Cidadania e Desenvolvimento,* estas temáticas devem ser trabalhadas de uma forma interdisciplinar e transversal. Os **projetos** desenvolvidos na área curricular de *Cidadania e Desenvolvimento*, e outros realizados na escola, devem estar articulados entre si em consonância com a Estratégia de Educação para a Cidadania da escola e ser desenvolvidos, preferencialmente, em parceria com entidades da comunidade, podendo mesmo alargar-se a outras escolas numa perspetiva de trabalho em rede (ENEC, 2017).

No caso específico das Aprendizagens Essenciais da área das ciências, a ênfase é colocada na relação **Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente**, sendo esta a matriz integradora desses programas. Neste âmbito, são preconizados muitos temas que se relacionam com as problemáticas ambientais mais prementes, designadamente as que se relacionam com a conservação da natureza e a biodiversidade, entre muitas outras. Pretende-se, assim, que as alunas e os alunos desenvolvam competências que lhes permitam mobilizar saberes para intervir em processos de decisão relativos à utilização sustentada dos recursos naturais do planeta Terra, numa perspetiva de cidadania democrática. Estes documentos curriculares têm subjacente a ideia de que atualmente as áreas científicas são cruciais para o exercício de uma cidadania responsável, face à necessidade de compreender problemas e tomar decisões fundamentadas sobre questões de cariz técnico-científico que afetam a sociedade e os ecossistemas.

A componente curricular **Cidadania e Desenvolvimento**, no âmbito da educação ambiental e da educação para a sustentabilidade, aborda diversas temáticas essenciais, como a Produção e Consumo Sustentáveis, Território e Paisagem, Alterações Climáticas, Biodiversidade, Florestas, Energia, Água, Solos e Bem-estar Animal, entre outras.

As políticas educativas atuais partem do princípio de que uma educação de qualidade deve considerar os desafios contemporâneos da sociedade, incluindo sustentabilidade, interculturalidade, identidade e segurança, participação democrática, inovação, criatividade e os impactos da ciência e da tecnologia. Nesse contexto, cabe à escola preparar crianças e jovens para se tornarem cidadãos(ãs) conscientes e informados(as), capazes de intervir nos processos de tomada de decisão, de modo a responderem às exigências do mundo atual.

O **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** constitui um referencial para o trabalho a desenvolver nas escolas, alinhado com os desafios sociais e económicos contemporâneos. Esse documento propõe uma educação baseada numa cultura científica e artística de matriz humanista, promovendo valores e competências que capacitam os alunos para agir na sociedade, tomando decisões informadas sobre questões naturais, sociais e éticas.

Nesse contexto, foi criada a **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)**, que estabelece um conjunto de direitos e deveres fundamentais para a formação cidadã de crianças e jovens. O objetivo é formar futuros(as) adultos(as) com condutas cívicas que valorizem a igualdade nas relações interpessoais, a inclusão da diversidade, o respeito pelos Direitos Humanos e a promoção dos princípios da cidadania democrática. Esta estratégia é implementada no âmbito do sistema educativo, respeitando a autonomia das escolas e os documentos curriculares em vigor (ENEC, 2017).

Fundamentada em referenciais nacionais e internacionais sobre educação para a cidadania, a ENEC prevê a inclusão da área curricular **Cidadania e Desenvolvimento**, na qual as e os alunos desenvolvem aprendizagens que os capacitam como cidadãos(ãs) ativos, democráticos e respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes **domínios** da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, obrigatório para em todos os níveis e ciclos de educação e ensino (porque se tratar de áreas transversais e longitudinais).

Para apoiar a abordagem dessas temáticas, a Direção-Geral da Educação, em parceria com entidades públicas e organizações da sociedade civil (como a APA e algumas ONG), tem produzido diversos documentos de referência. Entre eles, destaca-se o **Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade**, que serve como suporte para a implementação da educação ambiental nas escolas.

As estratégias e documentos orientadores aprovados têm sido fundamentais para promover e reforçar a educação e a cidadania ambiental. A adoção de boas práticas ambientais e a participação pública são elementos essenciais para que a população adquira conhecimentos e competências que lhe permitam atuar, individual e coletivamente, na prevenção e solução de problemas ambientais.

COOPERAÇÃO ENTRE AS TUTELAS DO AMBIENTE E DA EDUCAÇÃO

Em 1996, os ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente celebraram um **protocolo de cooperação**, renovado em 2005, que constituiu um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal e que se concretizou através de diversas parcerias, quer em múltiplos programas quer na criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos desenvolvidos em articulação com ONGA – Organizações Não-Governamentais de Ambiente.

No ano letivo de 2023-24, esta cooperação deu origem a uma **Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental**, constituída por **9 docentes.**

Requisitados em mobilidade estatutária, estes docentes são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de práticas demonstrativas de uma cidadania ativa, adequando-as à realidade das comunidades escolares onde desenvolvem as suas ações / atividades, abrangida pela continuidade deste protocolo. Ao longo dos últimos anos, a bolsa de docentes tem

permitido a difusão de experiências inovadoras na realização de projetos de educação ambiental, graças a parcerias entre as escolas, o poder local, as organizações não-governamentais e outras entidades de âmbito local, regional e nacional, sob a coordenação e/ou acompanhamento dos profissionais da educação e de especialistas nas áreas do Ambiente.

É de salientar, ainda, o seu contributo para a formação de outros docentes, de diversos níveis de educação e de ensino, bem como para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional

3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

Direção-Geral da Educação

Com orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, na sua redação atual, a Direção-Geral da Educação (DGE) é o serviço central da administração direta do Estado de execução das políticas relativas às componentes curricular e pedagógica da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, bem como de apoio técnico à sua formulação, incidindo, sobretudo, nas áreas do desenvolvimento curricular, dos instrumentos de ensino e avaliação e dos apoios e complementos educativos.

Neste âmbito, a DGE é responsável pelas áreas de orientação e coordenação no âmbito curricular, cujas competências assumem expressão a nível do desenvolvimento, não só do currículo, mas também da orientação e da produção de materiais de apoio, que se mostrem pertinentes à execução dos objetivos preconizados no *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

Esta Direção-Geral estrutura-se em diferentes unidades orgânicas, das quais salientamos:

- a Direção de Serviços dos Projetos Educativos (DSPE), à qual compete, entre outras funções, assegurar o desenvolvimento curricular na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, no que concerne à área curricular de Cidadania e Desenvolvimento e reforçar o apoio às escolas na promoção da autonomia e na gestão do currículo nacional, no sentido da melhoria dos resultados da aprendizagem das e dos alunos, da sua inclusão e participação social; e
- a Direção de Serviços de Desenvolvimento Curricular (DSDC) à qual compete, entre outras atribuições, *desenvolver os currículos e os programas das disciplinas, as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares, bem como propor a respetiva revisão em coerência com os objetivos do sistema educativo*". Esta Direção de Serviços é responsável pelas matérias no domínio do currículo, da avaliação das aprendizagens, da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário, dos manuais escolares, das equivalências, da autonomia e flexibilidade curricular e da educação artística, entre outras áreas de cariz pedagógico.

Neste âmbito, a DGE tem vindo a promover a integração da educação ambiental para a sustentabilidade nas Aprendizagens Essenciais das várias disciplinas. Como exemplo, podemos referir os documentos curriculares da área das ciências experimentais, em que se preconiza o desenvolvimento de aprendizagens dirigidas para a educação científica dos cidadãos, com a finalidade de preparar os jovens para enfrentarem, de forma informada, as questões científicas e tecnológicas que se colocam no mundo atual. Entende-se que as

aprendizagens desenvolvidas nas disciplinas da área das ciências permitem compreender o valor instrumental e a aplicabilidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio das problemáticas ambientais, sem excluir a importância da reflexão sobre os desafios de natureza social, económica e ética que o desenvolvimento educação científica das e dos cidadãos, visando preparar as e os jovens para enfrentarem, de forma informada, as questões científicas e tecnológicas que se colocam no mundo atual. Entende-se que as aprendizagens desenvolvidas nas disciplinas da área das ciências permitem compreender o valor instrumental e a aplicabilidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio das problemáticas ambientais, sem excluir a importância da reflexão sobre os desafios de natureza social, económica e ética que o desenvolvimento científico e tecnológico desencadeiam.

Neste contexto, assume particular importância a Rede de Clubes Ciência Viva na Escola (CCVnE). Esta iniciativa resulta de uma parceria, estabelecida entre a Direção-Geral da Educação e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. Os CCVnE assentam num conceito dinâmico e plural, enquanto estruturas de ciência e conhecimento adaptadas às características específicas das organizações parceiras que as constituem e às meio social e cultural em que se inserem. Neste sentido, promovem a articulação entre o ensino formal e não formal, entre ciclos de escolaridade, entre disciplinas e entre escolas, gerando lógicas organizativas mais flexíveis, bem como a abertura da Escola à comunidade local, através do incentivo ao estabelecimento de parcerias com instituições científicas e de ensino superior, autarquias, centros Ciência Viva, empresas de I&D, museus e outras instituições culturais. Constituem, assim, um ambiente privilegiado para a exploração prática das ciências em diferentes áreas temáticas, no âmbito das quais, as problemáticas ambientais têm vindo a assumir particular relevância, já que são muitos os projetos ambientais que se desenvolvem nestes espaços de ciência.

No que se refere à educação ambiental, enquanto domínio da Educação para a Cidadania, compete à DGE assegurar a sua implementação, em conformidade com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC), tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito da ENEA e a articulação com os documentos curriculares, numa perspetiva de currículo integrador.

Com a finalidade de conceber documentação de apoio, no âmbito da Educação para a Cidadania nomeadamente, na área da Educação Ambiental, foi elaborado o já referido *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, sob coordenação da DGE, em parceria com várias instituições, algumas das quais integram o GTEAS (APA e DGEstE). O Referencial, não prescritivo e de natureza flexível, pode ser utilizado em contextos diversos, no seu todo ou em parte, no quadro da dimensão transversal através do

desenvolvimento de projetos e iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a formação pessoal e social das alunas e dos alunos. Este documento foi apresentado publicamente a 20 de abril de 2018, encontrando-se acessível nos sítios eletrónicos da DGE e da APA.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ref_sustentabilidade.pdf

No que se refere à educação ambiental para a sustentabilidade, num contexto mais lato da educação para a cidadania, compete à DGE garantir que esta área tenha expressão no currículo e que os projetos de educação ambiental para a sustentabilidade desenvolvidos com e nas escolas, se articulem de forma coerente com o mesmo e com os objetivos curriculares definidos para o sistema de ensino.

Agência Portuguesa do Ambiente

A Lei n.º 19 /2014 de 14 de abril, que define as Bases da Política do Ambiente (Capítulo I, artigo 4.º), nos seus Princípios das políticas públicas ambientais estipula:

> d) da educação ambiental, que obriga a políticas pedagógicas viradas para a tomada de consciência ambiental, apostando na educação para o desenvolvimento sustentável e dotando os cidadãos de competências ambientais num processo contínuo, que promove a cidadania participativa e apela à responsabilização, designadamente através do voluntariado e do mecenato ambiental, tendo em vista a proteção e a melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana; e
>
> e) da informação e da participação, que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados e estudos, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, na busca de um elevado grau de respeito dos valores ambientais pela comunidade, ao mesmo tempo que assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais.

No seu artigo 6.º - Direitos procedimentais em matéria de ambiente estipula:

> Todos gozam dos direitos de intervenção e de participação nos procedimentos administrativos relativos ao ambiente, nos termos legalmente estabelecidos.

Em especial, os referidos direitos procedimentais incluem, nomeadamente:

> a) O direito de participação dos cidadãos, das associações não-governamentais e dos demais agentes interessados, em matéria de ambiente, na adoção das decisões relativas a procedimentos de autorização ou referentes a atividades que possam

ter impactes ambientais significativos, bem como na preparação de planos e programas ambientais.

Para este efeito, a APA assume nos seus Estatutos (**Portaria n.º 108/2013**) um Departamento onde as temáticas da educação ambiental, da comunicação e formação, da participação pública e do acompanhamento às ONGA estão em destaque, em que se insere a Divisão de Cidadania Ambiental que promove e acompanha particularmente a supervisão e apoio no domínio da educação ambiental.

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Segundo o **Decreto-Lei n.º 43/2019,** de 29 de março, alterado pelo DL n.º 46/2021, de 11 de junho, o ICNF, I. P. tem por missão "propor e executar políticas integradas de ordenamento e gestão do território, em articulação com entes públicos e privados, nos domínios da conservação da natureza, da biodiversidade, das florestas e competitividade das fileiras florestais, e assegurar a gestão dos fogos rurais, bem como definir, executar e avaliar políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia, ouvida a autoridade sanitária veterinária nacional no âmbito das suas competências e salvaguardadas as orientações desta autoridade em matéria de saúde animal."

Possui, ainda, várias atribuições relacionadas com a sensibilização, informação, formação e educação ambiental destacando-se:

- promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade e florestas, incrementando a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais" (*in* DL n.º 43/2019, Artigo 4.º- alínea b).

A representação do ICNF, I. P. no GTEAS é assegurada pelo Departamento de Conservação da Natureza e da Biodiversidade através da Divisão de Apoio à Gestão de Áreas Classificadas (DAGAC), competindo a esta e segundo a Deliberação (extrato) n.º 906/2021, de 31 de agosto, artigo 5.º, ponto 2, alínea n:

- coordenar, acompanhar e avaliar ao nível nacional o desenvolvimento de projetos de intervenção no âmbito da animação, educação e da sensibilização para a conservação da natureza e da biodiversidade.

Em 2023 e 2024, foram assinados mais protocolos de cogestão de várias áreas protegidas (Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto) visando uma gestão mais próxima das populações, pelo que a comissão de cogestão de cada área protegida fica responsável por:

- viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;
- estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos; e
- comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos

existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar.

O plano de cogestão define ainda:

- as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores; e
- a informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.

O ICNF, I.P. desenvolve um conjunto de projetos e ações de educação ambiental, preferencialmente em parceria com atores locais e regionais, nomeadamente estabelecimentos de ensino, autarquias, ONG e empresas. Incluem-se ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, visitas guiadas, palestras *on-line* voluntariado, projetos e ações específicas de educação ambiental dirigidas às escolas, nas quais se integra p. ex. o projeto **O ICNF vai à escola.**

Em colaboração com as várias entidades parceiras do GTEAS e outras, o ICNF, I.P. continua a apostar na educação ambiental e a promover ações informativas e educativas sobre conservação da natureza, gestão da floresta, bem-estar animal e restantes temáticas da sua missão.

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares **(DGEstE),** cuja estrutura orgânica foi aprovada pelos Decretos-Lei n.º 266-F/2012 e n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro, é um serviço central de administração direta do Estado dotada de autonomia administrativa.

A DGEstE dispõe de cinco unidades orgânicas desconcentradas, de âmbito regional, com a designação de Direção de Serviços Região Norte, Direção de Serviços Região Centro, Direção de Serviços Região Lisboa e Vale do Tejo, Direção de Serviços Região Alentejo e Direção de Serviços Região Algarve, sediadas, respetivamente, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

A DGEstE tem por missão garantir a concretização regional das medidas de administração e o exercício das competências periféricas relativas às atribuições do Ministério da Educação, sem prejuízo das competências dos restantes serviços centrais, assegurando a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, decorrente da prossecução da sua missão.

A DGEstE prossegue, entre outras, as seguintes atribuições:

- assegurar a execução das políticas educativas definidas no âmbito do sistema educativo de forma articulada pelas diversas circunscrições regionais;
- acompanhar, coordenar e apoiar a organização e funcionamento das escolas e a gestão dos respetivos recursos humanos e materiais, promovendo o desenvolvimento e consolidação da sua autonomia;
- prestar apoio e informação aos utentes do sistema educativo, em particular aos alunos e encarregados de educação, às entidades e agentes locais;
- participar no planeamento da rede escolar;
- assegurar a concretização da política nacional no domínio das instalações e equipamentos escolares;
- divulgar aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas as orientações e a informação técnica dos serviços do Ministério da Educação;
- recolher as informações necessárias à conceção e execução das políticas de educação e formação;
- acompanhar os procedimentos e as atividades desenvolvidas no âmbito do sistema educativo respeitantes ao controlo da qualidade do ensino; e
- cooperar com outros serviços, organismos e entidades, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação e formação profissional.

Compete, também, à DGEstE, no seguimento do protocolo estabelecido com a ABBAE, a visitas às Eco-Escolas para a realização de Auditorias de Qualidade do Programa.

4 - PLANO DE AÇÃO DO GTEAS

Nos termos do consignado no **Despacho n.º 19191/2009**, de 19 de agosto, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade deve elaborar e submeter à apreciação das respetivas tutelas uma proposta de Plano de Ação Anual.

O grupo de Trabalho definiu os seguintes eixos estratégicos e objetivos, como base de trabalho:

Eixos Estratégicos

1. Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal.
2. Promover iniciativas em que a Educação Ambiental para a Sustentabilidade *seja o foco* ou, em opção, *esteja no foco* das atividades a desenvolver.
3. Conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito do reforçar a abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas de educadores e docentes.
4. Apoiar a realização de projetos escolares inseridos no domínio da educação ambiental para a sustentabilidade.
5. Fomentar as aprendizagens no âmbito desta temática de uma forma interdisciplinar.
6. Incentivar a divulgação de projetos de referência.
7. Incrementar ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável.
8. Assegurar a sensibilização, informação e participação do público bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas.
9. Estimular e apoiar a conceção de materiais de apoio pedagógico com ênfase nas novas tecnologias de informação.

Objetivos

1. Participar nas ações/projetos/atividades que promovem a implementação dos princípios da EDS.
2. Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local de EAS que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades.
3. Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
4. Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade, ao abrigo do protocolo entre as tutelas do Ambiente e Educação no ano letivo 2023-24, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.

Tabela 1: Objetivo 1 **Participar** nas ações/projetos/atividades que promovem a implementação dos princípios da EDS	
Eixo Estratégico 1: *Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal.*	
Parcerias: APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P, outras tutelas, sociedade civil	
Desenvolvimento Sustentável e Efemérides	**Calendarização**
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas[1]	2015-2030
Década das Nações Unidas da Energia Sustentável para Todos[2]	2014-2024
Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável[3]	2018-2028
Década das Nações Unidas para o Restauro dos Ecossistemas[4]	2021-2030
Década da Energia Sustentável para Todos	(2014-2024)
Década Internacional da Saúde do Solo[5]	2015-2024
Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável[6]	2021-2030
Ano Europeu das competências 2023[7]	2023-2024 (até 8 de maio)

Tabela 2: Objetivo **2** **Apoiar** a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades	
Eixo Estratégico 2: Promover iniciativas em que a Educação Ambiental para a Sustentabilidade seja o foco ou em opção esteja no foco das atividades a desenvolver.	
Eixo Estratégico 3: Conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito do reforçar da abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas de educadores e docentes.	
Eixo Estratégico 4: Fomentar as aprendizagens no âmbito destas temáticas de uma forma interdisciplinar.	
Parcerias: projetos/programas/representações da responsabilidade de entidades que compõem o GTEAS, com ou sem parcerias	
Ações/Atividades	**Calendarização**
Desenvolvimento dos planos de ação das diferentes entidades representadas no GTEAS	Ao longo do ano
Programa "AdaPT" ao abrigo dos EEA ***Grants***: preparação e disseminação de informação climática, incluindo tendências passadas, novos cenários IPCC e regionalização da informação climática	Ao longo do ano

[1] https://ods.pt/
[2] https://news.un.org/pt/story/2014/06/1476171
[3] https://unric.org/pt/agua/
[4] https://www.unep.org/pt-br/explore-topics/ecosystems-and-biodiversity/o-que-fazemos/decada-da-restauracao-de-ecossistemas
[5] https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824382
[6] https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=criado-comite-nacional-para-a-decada-do-oceano
[7] https://eurocid.mne.gov.pt/2023-ano-europeu-das-competencias

Tabela 3: Objetivo 3 Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com foco na Educação para o Desenvolvimento Sustentável	
Eixo Estratégico 1: Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal.	
Eixo Estratégico 2: Promover iniciativas em que a Educação Ambiental para a Sustentabilidade *seja o foco* ou em opção *esteja no foco* das atividades a desenvolver.	
Eixo Estratégico 3: Conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito do reforçar da abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas dos docentes. (da educação pré-escolar ao ensino secundário)	
Parcerias: APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P., Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas / Fundo Português de Carbono, Grupo ***Reporting***, sociedade civil	
Ações/atividades e promoção de documentos estratégicos orientadores	**Calendarização**
Divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA)	Ao longo do ano
Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	Ao longo do ano
Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	Ao longo do ano
Estratégia Nacional para as Florestas	Ao longo do ano
Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação	Ao longo do ano
Integração no "**Grupo *Reporting"*** para a elaboração de relatórios no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas	Ao longo do ano
Plano de Gestão Integrada de Fogos Rurais	Ao longo do ano

Tabela 4: Objetivo 4: **Ac**ompanhar e divulgar os projetos anuais dos e das docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2023-24 incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.		
Eixo Estratégico 1: Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal.		
Eixo Estratégico 3: Conceber estratégias, através do desenvolvimento de projetos, com o intuito do reforçar da abordagem da educação ambiental para a sustentabilidade nas práticas pedagógicas dos docentes.		
Eixo Estratégico 4: Fomentar as aprendizagens no âmbito destas temáticas de uma forma interdisciplinar.		
Parcerias: APA, DGE, ICNF, I.P. e DGEstE **Docentes:** Ana Esteves (SPEA) | Carla Pacheco (GEOTA) | Isabel Fernandes (FAPAS) | Joaquim Pinto (ASPEA)| Jorge Fernandes (LPN) | José Janela (Quercus) | Margarida Gomes (ABAAE) | Paula Banza (A Rocha) | Paula Vieira (Associação PATO)		
Ações/Atividades	**ONGA/docente**	**Calendarização**
Divulgação das atividades implementadas pelos professores destacados em mobilidade estatutária.	Toda a rede de docentes	Ao longo do ano
Projeto Rios	ASPEA	Ao longo do ano
Dinamização do Centro Ecológico Educativo do Paul da Tornada, Professor João Evangelista	GEOTA	Ao longo do ano
Lançamento, dinamização e seminário da 34ª Campanha Coastwatch 2023-2024	GEOTA	Ao longo do ano
Dinamização de ações de formação para professores	LPN	Ao longo do ano
Projeto Literacia para a Floresta	LPN	Ao longo do ano
Programa de vídeo "Aponte Ambiental"	QUERCUS	Ao longo do ano
Conferência Greencork	QUERCUS	20 de outubro de 2023
Seminário Nacional JRA - Jovens Repórteres para o Ambiente, Fundão.	ABAAE	17 a 19 de novembro 2023
Seminário Nacional Eco-Escolas, Arganil	ABAAE	19 a 21 janeiro 2024
Conferências na Natureza, Porto	FAPAS	17 e 24 de fevereiro e 2 de março 2024
XXX Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, Caldas da Rainha	ASPEA	19 e 21 de abril 2024
APRENDER NA RUA – 11ª edição	FAPAS	8,15 e 22 de junho 2024
Natureza à Lupa	Associação PATO	Ao longo do ano
Cágados no Paul de Tornada – Passado, Presente e Futuro	Associação PATO	25 de maio 2024
Projeto LIFE LxAquila	SPEA	Ao longo do ano
Participação em ações de Educação Ambiental com "Águas do Tejo Atlântico".	SPEA	Janeiro, março, abril e maio
À Descoberta dos Polinizadores	A ROCHA	Ao longo do ano
H2OFF - A Água e o Clima	A ROCHA	Ao longo do ano

5 - REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE

Desde 1996 que os Ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente mantêm um Protocolo de Cooperação que constitui um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal. Esta colaboração permitiu a promoção de diversas iniciativas, o reconhecimento de projetos, a inserção de conteúdos nos *curricula* escolares e a criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos junto das comunidades educativas desenvolvidos em articulação com ONGA - Organizações Não-Governamentais de Ambiente.

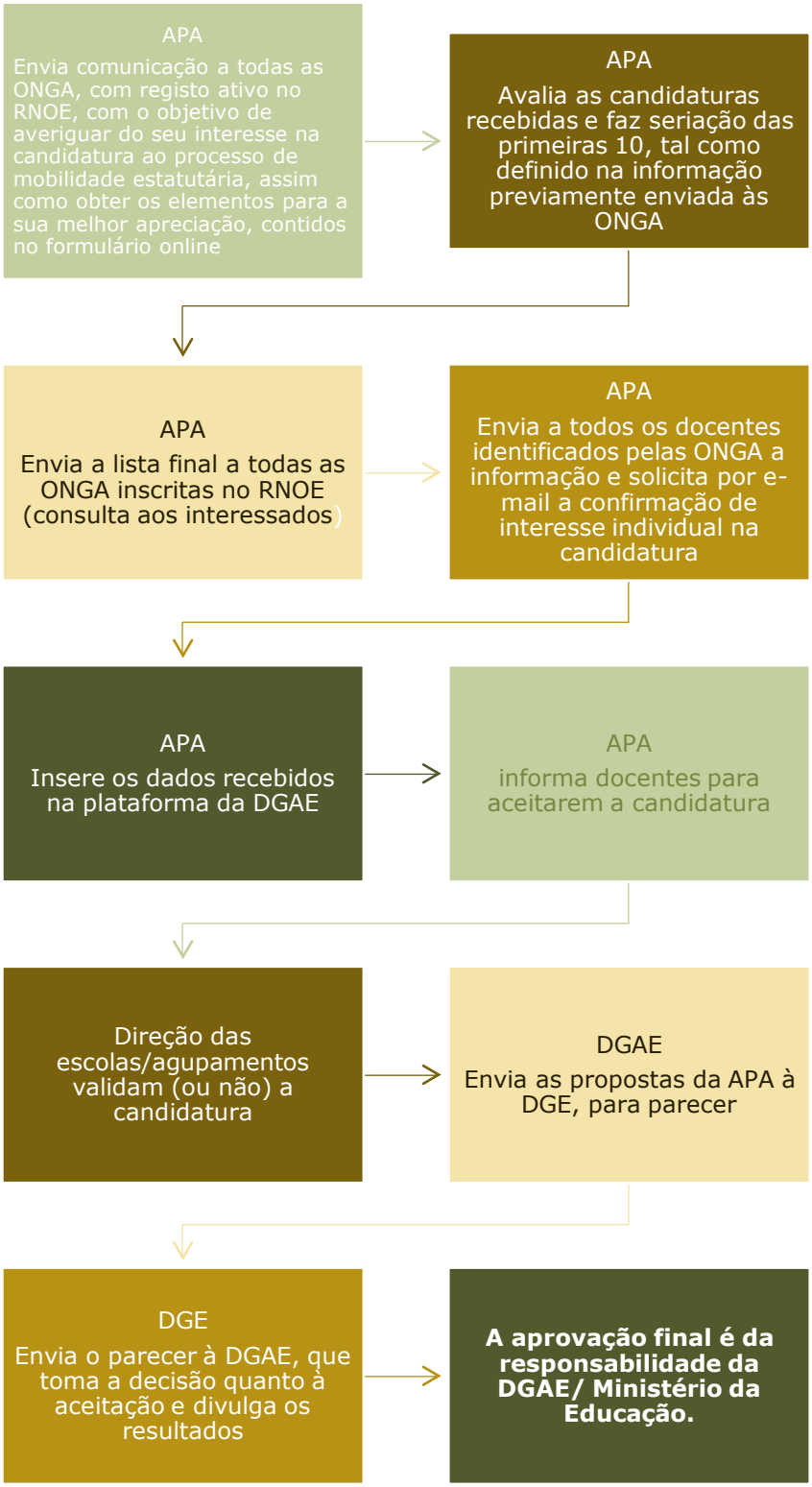
Processo de candidatura

O processo de candidatura dos docentes em mobilidade ocorre na observância do quadro de critérios aprovado pelo GTEAS, tendo por base um formulário resultante da metodologia adotada e que permite a elaboração duma lista seriada de candidatura das ONGA ponderada com o perfil do(a) docente proposto. O resultado é obtido através da ponderação de 65% relativo à caracterização da ONGA e 35% ao perfil do(a) docente.

O procedimento cumpre as regras estabelecidas para a mobilidade estatutária dos docentes do quadro do Ministério da Educação.

- O envio de convite à direção de todas as ONGA com registo ativo no RNOE;
- A manifestação de interesse na candidatura assumida pela Direção da ONGA;
- O preenchimento integral de um formulário online;
- O envio de nota biográfica do docente identificado para mobilidade
- Apresentação do projeto a desenvolver

Assim, após a receção da informação da DGAE sobre a abertura do período de candidatura, a APA dá início aos procedimentos definidos. O processo de candidatura à mobilidade estatutária decorre em várias etapas:



Rede de docentes 2023-24

No ano letivo de 2023-2024, a Rede de Docentes Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental foi composta por nove profissionais alocados em igual número de ONGA com reconhecido trabalho **(ABAAE, A ROCHA, Associação PATO, ASPEA, FAPAS, GEOTA, LPN, QUERCUS e SPEA),** e distribuídas pelo território nacional.

Esta rede de docentes, com consistente e reconhecida formação técnica e pedagógica, manteve a sua atuação estratégica e promoveu a expansão significativa de projetos de educação ambiental, atuando desde a educação pré-escolar até ao ensino superior.

Os temas diversos foram abordados de forma inovadora, contribuindo para a formação de cidadãs e cidadãos mais conscientes e participativos nas questões ambientais contemporâneas.

Aliada à dinamização de projetos colaborativos e à troca de experiências nos diferentes eventos, a oferta de formação contínua para docentes foi fundamental para o sucesso da rede. Através de encontros presenciais, ferramentas e plataformas digitais, as e os docentes partilharam experiências e práticas pedagógicas inovadoras e debateram questões de cidadania ambiental.

De realçar que esta rede tem procurado ampliar a sua atuação - fortalecendo parcerias com diversas entidades - e desenvolver novos projetos que contribuam direta ou indiretamente para a formação de uma sociedade mais justa e sustentável.

Ao atuarem como interlocutores privilegiados entre as escolas, as comunidades e as políticas públicas ambientais, os docentes desta rede demonstraram ser agentes de transformação, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável. No ano letivo de 2023-24 a rede envolveu milhares de alunos em diversos projetos, alcançando praticamente toda a rede de escolas do país, sendo que, muitas escolas, docentes e alunos participam em mais do que um projeto desta rede de docentes.

Diante dos desafios impostos pelas alterações climáticas e por muitas das questões ambientais que são um verdadeiro desafio para o planeta, a rede de docentes posiciona-se como um ator fundamental na promoção da educação ambiental em Portugal.

https://enea.apambiente.pt/content/enquadramento-3?language=pt-pt

Docentes por ONGA

Docente:
José Janela
Portalegre
ONGA:
Quercus - Associação Nacional
de Conservação da Natureza
Quercus

Docente:
Margarida Gomes
Lisboa
ONGA:
ABAAE - Associação Bandeira
Azul de Ambiente e Educação
ABAAE
ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL
DE AMBIENTE E EDUCAÇÃO

Docente:
Paula Banza
Portimão
ONGA:
A Rocha - Associação Cristão de estudos
e Defesa do Ambiente
A ROCHA
PORTUGAL

Docente:
Paula Vieira
Caldas da Rainha
ONGA:
PATO - Associação de Defesa do Paul de
Tornada
ASSOCIAÇÃOPATO

6 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ao longo do ano letivo 2023-24 foram diversas as ações desenvolvidas, direta e indiretamente, com as comunidades escolares, pelas quatro instituições que integram o GTEAS (APA, DGE, DGEstE e ICNF, I.P.).

Este relatório não inclui, naturalmente, toda a atividade que cada uma das instituições promove e realiza por si própria nesta área.

Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS

No ano letivo 2023-24 normalizaram-se as ações e eventos em formato presencial e só pontualmente foram realizados em formato virtual ou em formato híbrido.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, continuaram a ser trabalhados, de acordo com as diferentes atividades e ações previstas.

Relativamente às diferentes efemérides em 2023 e 2024, foi possível focar as seguintes:

- **2021-2030** - Década das Nações Unidas para o Restauro dos Ecossistemas;
- **2018-2028 -** Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável;
- **2015-2024** - Década Internacional da Saúde do Solo

Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades

As diferentes entidades representadas no GTEAS promoveram ou apoiaram projetos de EAS em múltiplas vertentes, recorrendo a metodologias e instrumentos diversos.

A título de exemplo, apresentam-se alguns dos projetos mais emblemáticos acompanhados pelas diferentes entidades que compõem o GTEAS.

- ### TransforMAR

O Transformar é um programa que surge de uma iniciativa do Lidl Portugal, juntamente com o Electrão, em parceria com a Marinha Portuguesa e a Brigada do Mar, contando com o apoio da Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE), da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Quercus.

Em 2024, na 7ª edição do programa, o TransforMar esteve em 25 praias de norte a sul do país, entre 25 de junho e 11 de agosto para mais um ano com muitas ações lúdico-pedagógicas, com o objetivo de sensibilizar o público mais jovem e as famílias para comportamentos individuais mais responsáveis.

O resultado da 7ª campanha foi a recolha de 47,2 toneladas de resíduos de plástico das praias portuguesas. No total já foram recolhidas mais de 227 toneladas de resíduos.

Em 2024 foi lançado o prémio TrasnforMar com vista a apoiar projetos desenvolvidos no âmbito no âmbito da limpeza dos oceanos. (à data da elaboração do relatório ainda não são conhecidos os resultados das candidaturas).

• Turma Imbatível 2023-2024[8]

A Turma Imbatível é um **projeto do Lidl,** lançado em 2011 e que conta com o apoio da Direção-Geral da Educação **(**DGE), Direção-Geral da Saúde **(**DGS), Associação Natureza Portugal, em associação com a WWF **(ANP | WWF),** Associação Portuguesa de Nutrição **(APN**), Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha (ANP), Agência Portuguesa do Ambiente **(APA)** e da Confederação dos Agricultores de Portugal **(CAP).**

A Turma Imbatível tem como objetivo promover estilos de vida mais saudáveis e sustentáveis entre os mais novos.

O mote da campanha 2023-24 foi o desafio para as crianças imaginarem, para a sua escola, o "Estádio Jogos Imbatíveis" ideal, parque desportivo ou comunitário local, dando a oportunidade às quatro turmas vencedoras – três do 1º ciclo e uma do pré-escolar - de implementarem as suas ideias através do apoio monetário do Lidl Portugal.

• Future UP

O FUTURE UP é um projeto educativo da Fundação GALP que se destina às escolas de todo o país do 1º ciclo ao secundário e ensino profissional, tendo por objetivos:

- sensibilizar as crianças e os jovens para o desenvolvimento sustentável;
- envolver crianças e jovens, docentes, voluntários(as) e parceiros para terem um impacto real e positivo na sociedade;
- desafiar as gerações futuras a observar e procurar soluções sustentáveis para problemas que identifiquem nas suas comunidades, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda – ODS.

A APA e a DGE são parceiras do projeto *Future Up*, assim como a ADENE e a DGEG.

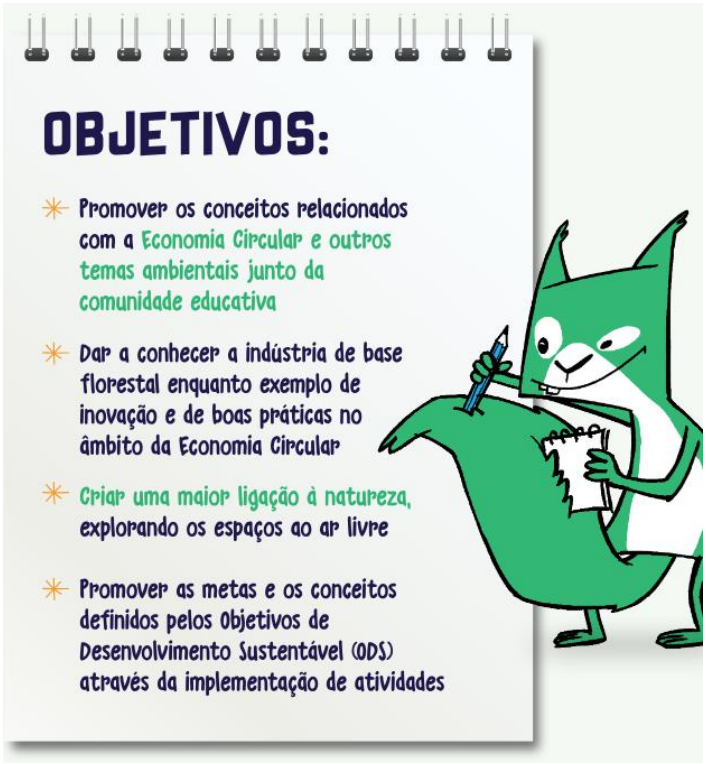
[8] https://turmaimbativel.pt/

O Prémio ***Energy Up*** premeia as escolas do ensino básico e secundário de Portugal que nos últimos 5 anos, tenham desenvolvido projetos exemplares sobre energia sustentável.

- **MISSÃO 360 - Defender a Terra é o nosso Papel**

A Missão 360 é um projeto pedagógico de educação e sensibilização ambiental promovido pela BIOND – Associação da Indústria Papeleira, e é dirigido às crianças dos 1º e 2º ciclos do ensino básico e às suas comunidades educativas. Este projeto conta com o apoio da DGE, APA e DGEstE.

No ano letivo 2023-24 cumpriu-se a 6ª edição do projeto.



- ## A Raposa Chama

Com o fogo não se brinca é o mote do Projeto "A Raposa Chama" que faz parte da campanha nacional "Portugal Chama. Por Si. Por todos".

Mais do que um projeto, é um movimento coletivo e inclusivo, desenhado para chegar a todas as crianças e jovens, entre os 5 e os 12 anos, através da escola, professores (as), família e toda a comunidade. Trata-se de uma iniciativa da AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P., com a chancela da República Portuguesa e colaboração do Ministério da Educação (DGE e DGEstE) e do ICNF, I.P., cujo objetivo é sensibilizar e educar as crianças e jovens para os comportamentos de risco de incêndio, acreditando que no presente podem ter o papel crucial para sensibilizar e informar os adultos, principalmente através da sua rede familiar.

Ao longo do ano, o projeto promove diversas ações e atividades, com especial proximidade junto da comunidade escolar através da formação de docentes, oficinas, desafios, passatempos, teatros e divulgação de conteúdos pedagógicos junto das escolas.

- ## A Maior Lição do Mundo
  - ### A ação climática

A Maior Lição do Mundo é uma iniciativa internacional da UNICEF em parceria com a DGE/DSPE. Pretende dar a conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a todas as crianças e jovens e promover uma cidadania global ativa e uma maior consciencialização sobre o papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, mais saudável e mais sustentável.

No ano letivo de 2023/2024 as escolas foram convidadas a desenvolver projetos em torno da ação climática, no âmbito das respetivas Estratégias de Educação para a Cidadania, com vista a aprofundar o conhecimento e a compreensão sobre o problema das alterações climáticas, suas causas e implicações, e a contribuir ativamente para a criação de soluções inovadoras e criativas que tenham em conta os desafios multidimensionais do desenvolvimento.

Em Portugal, esta iniciativa é da responsabilidade do Comité Português para a UNICEF, em colaboração com a Direção-Geral da Educação.

Dirigida a crianças e jovens da educação pré-escolar ao ensino secundário, a iniciativa teve como objetivo promover junto da comunidade escolar:

- o conhecimento da agenda dos ODS;
- o interesse sobre as questões globais do desenvolvimento sustentável;
- atitudes e comportamentos de cidadania ativa e de resolução de problemas a nível local; e
- comportamentos ambientalmente sustentáveis que permitam combater os efeitos decorrentes das alterações climáticas.

• Prémio Mário Ruivo

Projeto "Prémio Mário Ruivo" coordenado pelo Ministério do Mar (Direção Geral da Política do Mar, Instituto Português do mar e da Atmosfera, Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental) conta ainda com a participação do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (Direção-Geral da Educação), Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério do Ambiente (Agência Portuguesa do Ambiente) e Cinemateca Portuguesa

Este projeto visa a temática de literacia dos Oceanos que tem como objetivo sensibilizar para as principais interdependências Oceano-Clima" como a Regulação Climática, Sequestro do Carbono, Aumento do nível do Mar, Eventos climáticos extremos, impactos na biodiversidade e Impactos Humanos, entre outros.

Este enfoque conjunto de diferentes ministérios tem sido uma mais-valia no desenvolvimento de projetos nas escolas e na formação contínua de docentes

• Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas

A APA e o ICNF, I.P. são parceiros do IPDJ – Instituto Português da Juventude para o Programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas que se destina a jovens entre os 14 e os 30 anos, promovendo práticas no âmbito da proteção da natureza, florestas e respetivos ecossistemas.

A APA participa na avaliação das candidaturas enviadas pelo IPDJ, relacionadas com os temas dos eixos temáticos da ENEA: descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território, entre outros temas.

Tem como principais objetivos:

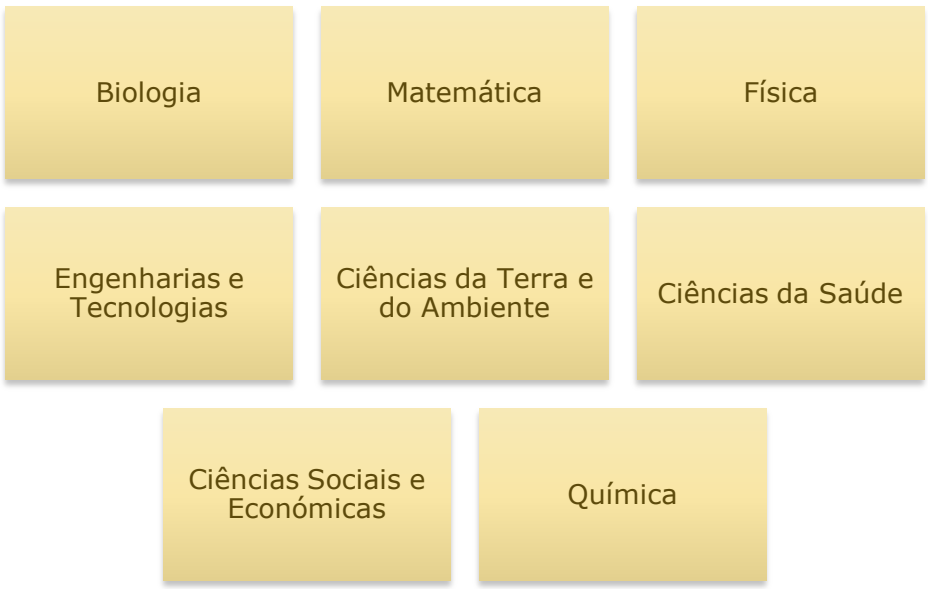
- promover práticas de voluntariado jovem no âmbito da preservação da natureza, florestas e respetivos ecossistemas;
- promover a aquisição de competências transversais no âmbito da participação e cidadania junto dos/as jovens;
- sensibilizar as populações para as práticas que promovam a descarbonização da sociedade, tornem a economia circular e valorizem os territórios;
- sensibilizar a comunidade para a preservação da natureza e para o seu papel na qualidade de vida;
- prevenir os incêndios florestais e outras catástrofes com impacto ambiental;
- sublinhar a importância de uma participação ativa na prevenção e na solução dos problemas ambientais;
- mobilizar para a criação de valores e práticas ambientais, individuais e coletivas, sociais e institucionais e de sã relação com o território; e
- promover uma cultura de corresponsabilidade em termos de sustentabilidade.

• Concurso Nacional para Jovens Cientistas

O Concurso Nacional para Jovens Cientistas é uma competição de âmbito nacional, coorganizada pela Fundação da Juventude e pela Ciência Viva, Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, que cumpriu a sua 33ª edição em 2024.

A APA participa na avaliação dos projetos candidatos.

As principais áreas do concurso são as seguintes:



Os principais objetivos do Concurso Nacional para Jovens Cientistas são:

- promover os ideais da cooperação e de intercâmbio entre jovens cientistas; e
- estimular o aparecimento de jovens talentos nas áreas da Ciência, Tecnologia, Investigação, Inovação e Empreendedorismo, através da realização de projetos científicos inovadores nas escolas, incentivando o empreendedorismo qualificado e favorecendo o aproveitamento económico do conhecimento científico e tecnológico.

• Global Ocean

A Global Ocean é um movimento que pretende juntar o Desporto, a Arte, a Moda, a Responsabilidade Social e Ambiental, sendo o maior foco a Defesa e a Proteção dos Oceanos.

Este movimento conta com o apoio da DGE/DSPE e tem como objetivos:

- a promoção do exercício físico, incutindo novos valores e hábitos saudáveis;
- a divulgação de desportos aquáticos não poluentes como a surf, vela, canoagem, *paddle*, mergulho e natação de águas abertas, desenvolvendo aulas e experiências gratuitas para a população;
- a promoção da arte como consciência social, dando a conhecer artistas que reutilizam o lixo e outros materiais orgânicos como matéria-prima para as suas criações; e
- a promoção de uma educação ambiental sustentável.

Outros projetos que a APA apoia

No âmbito da sua missão a APA apoia diferentes projetos, supervisiona os conteúdos técnico-pedagógicos, avalia candidaturas e seleciona as melhores práticas e iniciativas inovadoras.

Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Ao longo do ano, quer as entidades que compõem o GTEAS quer a rede de docentes em mobilidade desenvolveram diferentes ações que contribuíram para este objetivo, de realçar as seguintes.

Estratégia Nacional de Educação Ambiental

Desde a sua aprovação, em Conselho de Ministros, a 8 de junho de 2017, a ENEA viu lançados, pelo **Fundo Ambiental**, **14 avisos** para cofinanciamento de projetos de educação ambiental. Os projetos apresentados foram diversificados quer nas suas temáticas, quer nas entidades que se candidataram e os dinamizaram.

Em 2024 não foram promovidos apoios enquadrados na ENEA.

A ENEA desempenhou um papel crucial na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal, através da implementação de 14 Avisos que permitiram abordar temáticas diversas, consubstanciadas em diferentes projetos e temáticas diversificadas, que visavam, de forma direta, a alteração de comportamentos da população.

Estes Avisos contribuíram para uma maior consciencialização ambiental e permitiram avanços significativos em 8 dos 17 ODS.

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030) e Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

Apesar da partilha de competências nas áreas da promoção, sensibilização e comunicação com as CCDR e Comissões de Cogestão das áreas protegidas, através das suas cinco DRCNF - Direções Regionais de Conservação da Natureza e Florestas, o ICNF, I.P., desenvolveu ou foi parceiro em projetos educativos e atividades, incluindo visitação, ações de reflorestação, controlo de invasoras, voluntariado, levantamentos da biodiversidade (ex. borboletas), oficinas sobre polinizadores, exposições e formação.

O apoio aos docentes em mobilidade traduziu-se no envio de informações e na presença em eventos, p. ex. Jornadas Pedagógicas de EA e *Bluenights*, da ASPEA, *webinar* do projeto *Green Cork*/IPSS, da Quercus, 1ª FEE EcoCampus Conference 2024, da ABAAE, formação do *Coastwatch*, do GEOTA, da PATO na Reserva Natural do Paul de Tornada e no Fórum Participativo - Educação Ambiental e Conservação da Natureza na CPLP, da LPN. O ICNF é parceiro de projetos destas ONGA, ex. LIFE LxAquila, com a SPEA. As ONGA participaram em iniciativas, como os Dias Mundiais das Zonas Húmidas e da Vida Selvagem.

Os projetos escolares na DRCNF-N - Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Norte incluem o **À descoberta do Alvão** com visitas à área protegida, exposições e palestras e o **Semear, Tratar e Plantar**, este com protocolos de cooperação com os AE de Mogadouro e de Vinhais. Continua a desenvolver ações de voluntariado com escolas, ex. o **Dunas - recuperar e proteger** no Parque Natural do Litoral Norte.

Projeto ICNF Semear Tratar Plantar

Fotos Henrique Pereira e DRCNF-Norte.

A DRCNF - Centro continuou o projeto **O ICNF vai à Escola - Educar para a Natureza e Florestas**, do pré-escolar ao 3º CEB, abrangendo 2.334 alunos(as) e 80 docentes de 9 AE. Também as matas nacionais e viveiros florestais foram palco de atividades, ex. da Mata Nacional de Leiria com **O pinhal do rei** (visita guiada e ação de rearborização).

Fotos Ana Manuela Gralheiro e DRCNF – Centro.

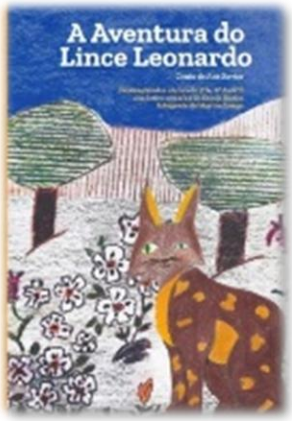
Na DRCNF – LVT, para além do LxAquila, mencionamos apenas algumas atividades como "Adivinhar pelos sentidos" no Museu Oceanográfico do Portinho da Arrábida (no PNArr), "Polje, mata ou lago?" (no PNSAC), "Aprender mais sobre o paul do Boquilobo, Palestra e debate sobre…" (no PNSC) e várias com escolas sobre espécies aquáticas invasoras.

Fotos Rita Azevedo e DRCNF-LVT

No DRCNF – Alentejo no CNEACN – Centro Nacional de Educação Ambiental e Conservação da Natureza do Monte do Paio (na RNLSAS) os funcionários (as) ligados à EA foram transferidos para a CCDR – Alentejo, continuando a desenvolver as ações em parceria com o ICNF, I.P. pois, grande parte, são nas nossas instalações. Os projetos incluem a "**Quinta da Educação e Ambiente,"** com o Inst. das Comunidades Educativas, envolvendo 1.752 alunos(as), o "**Ciência Viva na Escola"** do AE de Santo André, com cerca de 790 alunos(as) e ainda iniciativas (ex. "Dunas com Vida") no âmbito do "Protocolo para a Implementação do Programa de Educação e Sensibilização Ambiental no CNEACN" envolvendo 630 alunos(as). As restantes áreas protegidas desta região desenvolveram

atividades, como visitas guiadas, algumas com docentes em mobilidade (ex. PNSSM e Quercus).

Fotos ICNF/CCDRA



No âmbito do projeto LIFE *Lynxconnect* desenvolveram-se atividades no Alentejo e Algarve sobre o lince-ibérico, incluindo o projeto educativo "**Os Guardiões do Lince**" que p. ex. lançou o livro "A aventura do lince Leonardo", fruto do trabalho com a EBI de Martim Longo no ano anterior.

A DRCNF - Algarve no PNRF - Parque Natural da Ria Formosa tem a estrutura **Centro de Educação Ambiental de Marim** que, p. ex., desenvolve **Esta noite sonhei com o cavalo-marinho** (conto, discussão e fantoches), **minicursos de observação de aves para escolas** e no âmbito da cogestão do PNRF produziu um caderno pedagógico, que inclui o livro O camaleão que não mudava de cor. Destaque ainda para Semana da Ria Formosa. A Reserva Nat. do Sapal de Castro Marim e V. R. de Sto. António desenvolveu p. ex. os projetos **Vigilante da Natureza por 1 dia** e **Repórter da Natureza por 1 dia**.

Entre várias o ICNF, I.P. apresentou comunicação na **5.ª Conferência de Professores "Aprender Fora da Sala de Aula** a 15 março 2024 no Pavilhão do Conhecimento, Centro Ciência Viva para cerca de 120 docentes dos ensinos básico e secundário, incluindo alguns dos em mobilidade.

O Instituto disponibilizou *on-line*, a sua "**Oferta educativa e de lazer**", exceto alguns projetos e ações de educação ambiental com público/escolas já definidos, bem como materiais informativos e educativos, disponibilizando outros conteúdos (ex. geocatálogo e sítio do lince-ibérico) e redes sociais (facebook, youtube, Instagram), incluindo os de divulgação da marca Natural.PT "Património Vivo" (facebook, youtube e Instagram).

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) integra uma das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, tendo resultado da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania.

Esta Estratégia Nacional prevê a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis de educação e ensino, respeitando os princípios, valores e áreas de competências enunciados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Neste sentido, este documento estratégico "integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor" (ENEC, 2017).

A estratégia está ancorada em documentos internacionais e nacionais de referência relativamente à educação para a cidadania e preconiza uma componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Com esta pretende-se que as e os alunos realizem aprendizagens conducentes à sua formação enquanto cidadãs e cidadãos ativos, numa perspetiva democrática, respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, cujos temas são obrigatórios para todos os níveis de escolaridade.

Divulgação e dinamização de ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As ações/atividades de promoção dos ODS foram dinamizadas quer pelos docentes da rede, no âmbito dos diferentes projetos que coordenam, quer pelas diversas entidades que compõem o GTEAS.

Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAC), **prorrogada até 31 de dezembro de 2025,** estabelece os objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação, de diferentes sectores, aos efeitos das alterações climáticas: agricultura; biodiversidade; economia; energia e segurança energética; florestas; saúde humana; segurança de pessoas e bens; transportes; comunicações; e zonas costeiras.

Para este efeito, a ENAAC tem como objetivos melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas e promover a integração da adaptação às alterações climáticas nas políticas sectoriais e instrumentos de planeamento territorial. A ENAAC pretende ainda ajudar a administração central, regional e local e os decisores políticos a encontrar os meios e as ferramentas para a implementação de soluções de adaptação baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.

A ENAAC integra seis áreas temáticas transversais a todos os sectores, i.e. investigação e inovação, financiamento e implementação, cooperação internacional, comunicação e divulgação, adaptação no ordenamento do território e adaptação na gestão dos recursos hídricos.

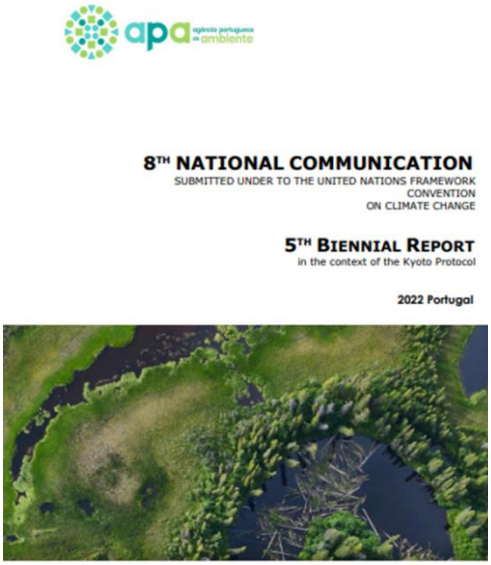
Cabe à APA coordenar a implementação da ENAAC e promover a sua atualização em função da evolução do conhecimento científico e das orientações comunitárias e internacionais na matéria.

A implementação da ENAAC é concretizada através de grupos de trabalho sectoriais e por área temática, coordenados pelos organismos relevantes da administração central e envolvendo os diversos agentes sectoriais."[9] O Grupo de Trabalho das Florestas é coordenado pelo ICNF, I.P.

Integração no "Grupo Reporting" para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas

Tal como é publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto

> *A urgência da ação climática tem vindo a ser assinalada pela sociedade em resultado da evidência científica que confirma que as alterações climáticas são um fenómeno do presente, com origem nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da atividade humana. Esta tendência tende a agravar-se se não houver uma ação climática imediata e efetiva.*



A APA coordena o "Grupo *Reporting"* para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

5º Relatório Bienal (2022), assim como a **8.ª Comunicação Nacional (8CN),** encontram-se disponíveis no sítio da APA.

[9] https://apambiente.pt/clima/enquadramento

Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2023/24

No ano letivo 2023-24, a rede de docentes em mobilidade foi composta por 9 professores(as) e desenvolveu múltiplas atividades, entre elas projetos e programas de educação ambiental para a sustentabilidade, principalmente em formato presencial, não obstante as plataformas digitais continuarem a ter um peso considerável.

Neste relatório constam algumas das ações desenvolvidas e que exemplificam o trabalho pedagógico desenvolvido por aqueles(as) docentes/ONGA, ao longo do ano letivo.

O formato dos planos de atividades e dos relatórios por eles desenvolvidos atesta a proposta do GTEAS que acompanha a execução deste protocolo de cooperação.

Apesar de distintos, estes projetos interligam-se numa lógica de intervenção nacional, com foco nas e nos alunos, enquanto público-alvo preferencial, refletindo o trabalho desenvolvido com as comunidades escolares.

Esta é uma dinâmica que, para além da comunidade educativa, envolve cada vez mais entidades diversas quer a nível nacional quer regional (tabela 5).

Tabela 5: Entidades parceiras

ONGA	Estabelecimentos de ensino	Municípios	Outras entidades	TOTAL
ABAAE	2220	249	212	2681
Associação PATO	30	6	20	56
A ROCHA	28	4	25	57
ASPEA	2812	308	417	3537
FAPAS	408	62	5	475
GEOTA	1328	137	55	1520
LPN	243	43	14	300
QUERCUS	587	9	34	630
SPEA	37	15	25	77
TOTAL	7693	833	807	9 333

Para além das e dos alunos e docentes, como atores chave, há que reconhecer o papel de todos os profissionais, cuja participação tem um efeito multiplicador, como monitores de ATL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA, ex. CCDR, Municípios entre outros (Tabela 6).

Tabela: **6** Total de participantes por tipologia

ONGA	Docente em mobilidade	Docentes	Alunos	Outros profissionais com efeito multiplicador	População em geral	TOTAL
ABAAE	Margarida Gomes	7590	960301	248	10 000	978 139
A ROCHA	Paula Banza	148	2 697	23	1 238	4 106
Associação Pato	Paula Vieira	120	3 569	62	5 510	9 261
ASPEA	Joaquim Pinto	13 402	135 764	11952	96 528	257 646
FAPAS	Isabel Fernandes	3104	134 935	34	19829	157 902
GEOTA	Carla Pacheco	1 179	16 659	545	20 555	38 938
LPN	Jorge Fernandes	6228	588	394	36172	43 382
QUERCUS	José Janela	52343	9 408	111	2 240 529	2 302 391
SPEA	Ana Esteves	216	4 145	376	37706	42 443
TOTAL	**	84 330	1 268 066	13 745	2 468 067	3 834 208

*(Monitores ATAL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA (CCDR, CM, etc…)

*Nota: **estes números são cumulativos. Muitas entidades, como os municípios, trabalham e desenvolvem parcerias com os diferentes docentes e projetos.

7 - AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE

A Rede de docentes em mobilidade atua como ponte entre as políticas estratégicas das tutelas (ENEA, ENEC, ENCNB 2030, ENF, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, ENEC, AE, OCEPE e Referencial de EAS), a prática educativa nas escolas e o envolvimento de toda a comunidade escolar.

O GTEAS acompanha o trabalho desenvolvido pelos docentes e analisa os seus planos e relatórios anuais de atividades. Os elementos do GTEAS, em representação das tutelas da Educação e do Ambiente, participam ~~a~~tivamente como oradores e moderadores nos principais eventos organizados pelos docentes marcando presença constante nas sessões de abertura e encerramento dessas iniciativas, reforçando a importância crucial dos projetos coordenados e dinamizados pelos professores em mobilidade estatutária no desenvolvimento da dinâmica pública da educação ambiental.

Na reunião realizada no início do ano letivo, integrada nas atividades do GTEAS, os docentes em mobilidade nas ONGA apresentam as linhas orientadoras do seu Plano Anual de Atividades com o objetivo de encontrar pontos comuns e delinear ações que se poderão complementar. Esta reunião permite, ainda, identificar os aspetos relevantes da ação de cada docente a incluir na planificação das atividades da rede de docentes.

A reunião do ano letivo de 2023-2024 decorreu a 26-10-2023 no auditório da Agência Portuguesa do Ambiente.

Anualmente, os elementos do GTEAS acompanham, *in loco*, pelo menos, duas das principais ações dinamizadas por cada um dos docentes.

O relatório anual de atividades de cada um dos 9 docentes está anexo a este documento.

8 - CONCLUSÕES

As tutelas da Educação e do Ambiente, através dos seus organismos, assumem uma liderança proativa na promoção e execução da educação ambiental para a sustentabilidade.

O plano de ação de educação ambiental para a sustentabilidade apresentado, teve como objetivos abarcar os conteúdos de maior relevo no momento atual, e incentivar abordagens e práticas inovadoras no desenvolvimento dos projetos das ONGA envolvidas.

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 e a Estratégia Nacional para as Florestas bem como os compromissos internacionais estiveram presentes na elaboração do plano de ação, uma vez que se constituem como roteiros para ações concretas, são promotoras da literacia ambiental e incentivadoras de práticas sustentáveis.

Os projetos e atividades desenvolvidos pelas ONGA envolvidas são reveladores do seu compromisso como o desenvolvimento da educação para a sustentabilidade quer junto das comunidades escolares onde desenvolvem atividades integradas nos seus projetos educativos quer nas comunidades envolventes e nas diversas áreas onde promovem atividades com o envolvimento da sociedade civil.

O sucesso da implementação da ENEA e a sua eficácia como instrumento de transformação social expressa-se não só no aumento da participação em iniciativas de educação ambiental como pela adoção de práticas sustentáveis por diversas comunidades.

A continuidade da ENEA é crucial para consolidar os avanços alcançados. A estrutura, os princípios, os eixos temáticos e as medidas da ENEA permanecem atuais. A proposta de prorrogação até 2030 (ENEA 2030) surge como uma oportunidade estratégica para aprofundar a implementação das medidas e enfrentar os desafios emergentes da sustentabilidade, garantindo um futuro mais resiliente para as próximas gerações.

É crucial que todos os setores da sociedade se unam neste esforço contínuo, para que, juntos, possamos construir um futuro mais sustentável e equitativo para todos.